

(R)EXISTÊNCIAS ALIMENTARES: INVESTIGANDO MODOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE ATRAVÉS DAS PRÁTICAS ALIMENTARES NA CIDADE CONTEMPORÂNEA



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

FOOD RESISTANCE: Investigating modes of production of subjectivity through eating practices in the contemporary city.

(R)EXISTENCIAS ALIMENTARIAS: Investigando modos de producción de subjetividad a través de las prácticas alimentarias en la ciudad contemporánea.

RESUMO

O artigo parte de uma discussão do campo dos estudos da Subjetividade (GUATTARI, ROLNIK, 2010), para refletir sobre os modos de produção subjetiva, através das práticas alimentares no contexto da cidade contemporânea. Objetiva-se explorar as transformações que aconteceram neste último século no contexto das cidades e suas consequências na lógica da produção das práticas alimentares. Tal reflexão será tecida com base no método cartográfico (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2014a; 2014b; FONSECA, NASCIMENTO MARASCHIN; 2012), amparando-se na cartografia da multiplicidade de discursos e práticas alimentares presentes no contexto da cidade contemporânea. O artigo envolve uma revisão bibliográfica a partir de discussões das ciências humanas e sociais que possam expandir o campo de interesse referido, apresentando desde já, a perspectiva de que este não se insere dentro de setores disciplinares específicos. Como resultado das análises é possível apresentar que o crescente fenômeno de urbanização das cidades, em conexão com a modernização/mechanização das práticas agrícolas – amparada pelo desenvolvimento capitalista, produz práticas alimentares como reflexo e reprodução deste modo de desenvolvimento. Resultando na constituição do hábito de comer como mero ato de consumo, de um dentre tantos produtos dispostos nas prateleiras do mercado. Ao mesmo tempo em que se vislumbra o ato de comer como possibilidade de reinvenção dos modos de vida dispostos neste contexto atual, fazendo apostas numa éco-lógica (GUATTARI, 1990; SANTOS, 2002), como reinvenção das práticas de cuidado de si e da cidade (FOUCAULT, 2006b).

Palavras-chave: subjetividade; cidade; práticas alimentares

ABSTRACT

The article begins with a discussion of the field of studies of Subjectivity (GUATTARI, ROLNIK, 2010), to reflect on subjective modes of production, through eating practices in the context of the contemporary city. It aims to explore the transformations that have occurred in the last century in the context of cities and their

Camila Caires Craveiro

Graduada em Psicologia (UFG), Mestre em Estudos da Subjetividade, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFF), Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR)

ccaires88@gmail.com

Artigo recebido em:
15/09/2017

Artigo publicado em:
26/06/2018

consequences in the logic of the production of food practices. Such reflection will be woven based on the cartographic method (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2014^a, 2014^b, FONSECA, NASCIMENTO MARASCHIN, 2012), supporting the cartography of the multiplicity of discourses and food practices present in the context of the contemporary city. The article is based on a bibliographical review involving discussions of the human and social sciences that can expand the field of discussion, presenting already, the perspective that this field does not fit within specific disciplinary sectors. As a result of the analyzes, it is possible to show that the growing urbanization phenomenon in connection with the modernization / mechanization of agricultural practices - supported by capitalist development - produces food practices as a reflection and reproduction of this mode of development. Resulting in the constitution of the habit of eating as a mere act of consumption, one among so many products on the shelves of the market. At the same time, it is possible to see the act of eating as a possibility of reinventing the ways of life in this current context, making bets in an ecological (GUATTARI, 1990; SANTOS, 2002), as a reinvention of the practices of self care and (Foucault, 2006b).

Key words: subjectivity; city; food practices

RESUMEN

El artículo parte de una discusión del campo de los estudios de la Subjetividad (GUATTARI, ROLNIK, 2010). La búsqueda es por reflexionar sobre la relación entre las prácticas alimentarias y el contexto de la ciudad contemporánea. Las transformaciones en este último siglo en el contexto de la ciudad serán exploradas así como sus consecuencias para la producción de las prácticas alimentarias. La reflexión será embasada en el método cartográfico (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2014^a; 2014^b; FONSECA, NASCIMENTO MARASCHIN; 2012). Vamos a cartografiar la multiplicidad de discursos y prácticas alimentarias presentes en el contexto de la ciudad contemporánea. Vamos a hacer una revisión bibliográfica a respecto de discusiones de las ciencias humanas y sociales que posan expandir el campo de discusión, desde que este se trata de un campo interdisciplinar. Como resultado de las análisis es posible presentar cómo la ciudad, con el fenómeno de la urbanización, en relación con la modernización/mecanización de las prácticas agrícolas y el desarrollo capitalista, conduce a prácticas alimentarias como reflejo y reproducción de este modo de desarrollo. Así se ha resuelto la constitución del hábito de comer como mero acto de consumo. Sin embargo, el artículo también apunta a la posibilidad de que las prácticas alimentarias conduzcan a la posibilidad de reinención de los modos de vida dispuestos en este contexto, haciendo apuestas en una eco-logia (GUATTARI, 1990; SANTOS, 2002), como reinención de las prácticas de cuidado de sí y de la ciudad (FOUCAULT, 2006b).

Palabras clave: subjetividad; ciudad; prácticas alimentarias.

INTRODUÇÃO

Apesar da existência de algumas pesquisas sobre formas do ser humano viver sem o consumo de energia externa, podemos dizer que, dentro do contexto global em que vivemos hoje: somos seres heterótrofos, usamos energia externa para nos alimentar, não conseguimos produzir nossa energia através da própria fisiologia corpórea, como as plantas o fazem. Precisamos ativar a força do nosso corpo a partir da ingestão do alimento que vem de fontes múltiplas: animal, vegetal, mineral, etc. Sendo assim, a partir de nossa experiência onívora, precisamos destruir para nos nutrir, fazer morrer para fazer viver.

A questão aqui é pensar na maneira como nos relacionamos com a natureza a partir do modo como comemos, assim como refletir sobre que modelo de cidade reproduzimos e podemos reinventar a partir da relação que estabelecemos com o alimento. E mais, que mundo reproduzimos e reinventamos a partir do modo como nos relacionamos com a vida.

Desta maneira, do ato de comer desdobram-se uma infinidade de ações, movimentos, relações, escolhas, que se passam dentro do nosso próprio corpo – ativação dos nossos sentidos na percepção e escolha do alimento, ativação da experiência do gosto, processo de digestão envolvendo mastigar, digerir, excretar – quanto também, relações do corpo com o mundo.

Quando comemos acabamos por expressar que tipo

de relações estabelecemos com o alimento: os sentidos que damos à comida, que tipo de escolhas alimentares fazemos, como ritualizamos com o momento e o ato de comer. Sendo estes processos, nada mais do que reflexos do modo como produzimos nossa vida, como nos relacionamos socialmente, como produzimos nossa renda, como consumimos modos de vida, como preservamos ou esgotamos nossos recursos naturais. Quando comemos, manifestamos como usamos nosso corpo, como investigamos nossa saúde/adoecimento, como nos relacionamos com os aparatos de poder e com o ecossistema que nos envolve.

Assim, comer é expressão da nossa subjetividade, enquanto explicita modos de ser, estar, amar, desejar, produzir, trabalhar, relacionar-se aos espaços de vida e inventar modos de viver (GUATTARI; ROLNIK, 2010). Desta maneira, podemos afirmar que para se pensar a construção de nossa subjetividade, há que se ir além das “fases psicogenéticas da psicanálise ou dos matemas do inconsciente” (GUATTARI; ROLNIK, 2010:41). Sendo que a subjetividade não se enquadra no campo individual, “seu campo é o de todos os processos de produção social e material” (GUATTARI; ROLNIK, 2010:41), vinculados as máquinas sociais, linguísticas e midiáticas, como afirma Guattari (1992).

Dessa forma, alimentar-se trata-se de um saber do corpo a fim de manter-se vivo e ativo. Ao mesmo tempo em que se trata de uma ação com-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

pletamente engendrada aos regimes discursivos que nos rodeiam: à mídia, à propaganda, as demandas do capital, aos regimes de saber e exercícios de poder oriundos das ciências médicas, nutricionais e etc. Isso significa que, completamente atravessado às práticas alimentares, há dispositivos de controle da existência, determinando a forma como comemos, o tipo de alimento que consumimos, a quantidade, a qualidade, o valor que atribuímos ao alimento. E até nossa relação com a *necessidade, desejo e prazer* de comer, substantivos convocados pela música Comida (1987), cantada pelos Titãs.

Isso significa que, se até pouco tempo quem nos dizia sobre como devemos nos alimentar – com que tipo de alimentos, a partir de quais procedimentos – eram nossos pais, avós, a partir de referências culturais e ancestrais, constituídas por uma constante convocação para que nosso próprio corpo pudesse descobrir aquilo que lhe faz bem e potencializa vida, atualmente, tal situação se transforma profundamente. Perdemos tanto a conexão própria com nosso corpo e com o saber de si (FOUCAULT, 2006b), quanto com as discursividades familiares que o circundavam, delegando para um outro o saber/poder sobre nossos corpos.

Desta maneira, das práticas de si, ou do governo de si, para o regime de governamentalidade, emerge o regime biopolítico discutido por Foucault (FOUCAULT, 2005; FOUCAULT, 2006a: 282), tratando do momento em que

o poder do Estado se dispersa pelos âmbitos mais ínfimos da existência, através de modos de regulamentação da vida, amparado por diversos dispositivos de saber que criam uma discursividade acerca de nossas práticas de vida, formulando assim, relações de poder¹.

Um exemplo disso, é a percepção de que, nunca existiram tantos programas de televisão para nos ensinar como comer ou desenvolver receitas. Assim como a ciência nunca penetrou tanto na regulamentação das nossas necessidades nutricionais diárias. Entretanto, nunca se comeu tão mal, e nunca existiram tantas doenças mortais relacionadas às nossas práticas alimentares.

Desta maneira, sob o ato de comer, desvelam-se relações com a estrutura física, social, econômica e ecossistêmica em que estamos inseridos. No contemporâneo, comemos a partir de um regime de governamentalidade que se infiltra em nossas práticas de vida, e, ao mesmo tempo, o digerimos, excretamos e podemos reinventá-lo cotidianamente.

Partindo da discussão sobre a produção da subjetividade no capitalismo contemporâneo, a partir da filosofia da diferença (GUATTARI, ROLNIK, 2010), apresentando como os modos subjetivos estão completamente atrelada aos aparatos de saber/poder de nossos tempos (GUATTARI, 1990; 1992; GUATTARI, ROLNIK, 2010), dando origem à modos de viver que constituem a experiência com a cidade, objetivamos através deste artigo pensar as práticas alimen-

1 - Reconhecido comobiopolítica por Foucault (2005, 2006a) ou como sociedade de controle por Deleuze (1992), diz dos sistemas de poder tendo início no século XIX e maior expressão na segunda metade do século XX. Neste regime, a sociedade será controlada por um regime de governamentalidade que coordenará as relações dos homens com outros homens e a relação destes com as coisas que constituem sua vida, amparando-se nos saberes científicos, filosóficos e econômicos da época, criando modos de regulamentação da vida em todos os seus âmbitos. (FOUCAULT, 2005; FOUCAULT, 2006a: 282).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

tares atuais como reflexo desse engendramento entre cidade e subjetividade, explicitando as transformações que aconteceram neste último século no contexto das cidades e suas consequências na própria produção das práticas alimentares.

Sem querer nos levar a um estado de pessimismo fatalista, ao expor as condições que nos levaram a um modo de produção da existência em completa conexão com os fluxos e interesses do capital – priorizando o desenvolvimento econômico em relação à produção de um contexto sustentável de vida – objetivamos abrir aqui um campo de reflexão e reinvenção em relação aos modos de comer, como expressão de possibilidade de invenção da vida nas cidades.

Para desenvolver esta discussão, partimos do campo dos Estudos da Subjetividade, acompanhando a perspectiva pós-estruturalista de Foucault, assim como de Deleuze e Guattari, atendo-nos ao questionamento dos campos discursivos, incluindo ideias, conceitos, análise das instituições e das práticas. Compreendendo a amplitude deste campo de discussão que não se limita à disciplina da Psicologia, como aponta Guattari (1992). Abordando a necessidade de um pensamento transdisciplinar entre urbanistas, arquitetos e todas as outras ciências sociais, humanas e ecológicas para o constante exercício de disparar modos de pensar a produção de subjetividade na constituição das cidades contemporâneas.

Tal discussão se estabelece a partir do método car-

tográfico (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2014a; 2014b), através do qual começamos a mapear a rede de discursos e práticas que envolvem as questões alimentares no contemporâneo. Isso significa que a construção do processo da pesquisa, assim com a determinação de seus objetivos se faz em processo, movida pelo próprio ato e caminho do pesquisar (FONSECA, NASCIMENTO MARASCHIN; 2012). A pesquisadora que vos fala deixa-se guiar pelos movimentos, discursos e filosofias alimentares que emergem no contexto de cidades brasileiras onde habita nos últimos quatro anos, entre Goiânia, Rio de Janeiro e Curitiba. Assim como começa a alinhar as experiências do corpo-pesquisadora à uma ampla análise bibliográfica que começa a dar sustentação à sua pesquisa.

A revisão bibliográfica parte da discussão de diversos saberes - Geografia, Filosofia, Sociologia, Psicologia - que dialogam os reflexos do desenvolvimento capitalista no contexto das cidades contemporâneas, propondo repensar a produção de subjetividade no espaço urbano. Tal discussão entra em conexão com a possibilidade de uma retomada de princípios das práticas de si convocadas por Foucault (2006b), assim como através da convocação de uma eco-lógica, como nos propõe Guattari (1990). Tais reflexões são expressas através de uma análise qualitativa dos dados, sendo estes apresentados nas próximas páginas.

Ao trazer para o plano de desenvolvimento da pesquisa múltiplos campos de discursos e práticas envolvendo as questões alimentares no contemporâneo, assim como envolvendo saberes de disciplinas distintas, se manifesta um risco do processo da pesquisa. E, ao mesmo tempo pode ser pensado como uma aposta para o desenvolvimento de um pensamento complexo, como discute o pensador Edgar Morin. Acreditando que, pensar/produzir modos de vida na cidade, só é possível a partir do tecer junto, “num ir e vir constante entre certezas e incertezas entre o elementar e global, entre o separável e o inseparável” (MORIN, 2015: 18). Desafio ao qual nos deteremos na produção do pensamento das próximas páginas.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM CONEXÃO COM A URBANIZAÇÃO DAS CIDADES E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS PRÁTICAS ALIMENTARES CONTEMPORÂNEAS

Pensar a construção subjetiva de nossas práticas alimentares é também pensar no contexto de produção de vida em que estamos inseridos. Refletindo sobre a alimentação do século XXI, a partir do contexto da cidade contemporânea, apontando-a enquanto megamáquina – retomando a expressão de Lewis Mumford – em sua dimensão econômica, ecológica, abstrata e desejante, sendo engendradora de modos de vida sob todos os aspectos imagináveis (GUATTARI,

1992), poderíamos dizer que cidade e subjetividade não apenas caminham juntas, como se entrecruzam, se embaralham de tal forma que poderíamos pensá-las como uma única e mesma coisa: máquinas produtoras de modos de viver.

E a partir deste contexto, apresentamos aqui nossas práticas alimentares como um dos modos de engendrar/produzir vida, assim como um dos efeitos/consequências da forma como investimos na construção de si (processos subjetivos), como também na construção da cidade contemporânea.

Podemos dizer que ao longo da história humana, o modo como nos aliamos ao acesso e produção de nosso alimento está relacionado ao modo como produzimos/fomos produzidos por um contexto de vida cotidiana e por uma estrutura político-econômico-social determinado para viver.

O modelo tradicional da agricultura, operado por pessoas que se dedicam ao cuidado com a terra, desde sua nutrição e preparo do solo para o plantio, ao acompanhamento do crescimento das plantas e dos animais, cuidado e cultivo dos mesmos, fazia do homem um ser completamente conectado aos os ciclos da vida e às suas necessidades. Poderíamos pensar neste modelo de agricultura, como um momento em que a produção do alimento estava completamente atrelada à produção da vida cotidiana, sendo praticamente indissociáveis (STEEL, 2013).

O psicólogo norte-americano Somov (2014), discute em seu livro *Alimentação con-*

sciente, sobre como o contato com a natureza, no século anterior, era uma necessidade básica da existência humana, um modo de viver e produzir vida. Assim, os tempos da natureza, a percepção das estações do ano e de suas transformações, a comunicação com os ciclos dos animais e vegetais, era uma maneira de pensar a própria vida humana e de garantir nossa subsistência e nutrição diária.

Entretanto, a partir da modernização da agricultura, envolvendo sua mecanização/industrialização, a relação com a natureza muda drasticamente, assim como a compreensão que temos de campo e cidade, espaço urbano e espaço rural². Como marco desse processo apontamos o início da Revolução Verde em vários países da América do Sul, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 (RIGON;BORGES,2016). Sendo que emerge no Brasil, em meados da década de 1960, através do processo do surgimento de novos objetivos e formas de exploração agrícola, que virá a se consolidar como um campo extremamente lucrativo para grandes multinacionais detentoras de tecnologias do setor agropecuário.

Toda a consolidação deste processo surge a partir da justificativa do discurso da “modernização” da agricultura, envolvendo a busca por converter os espaços rurais em espaços economicamente produtivos ao capitalismo, transformando a agricultura numa atividade de produção de mercadorias em larga escala. Além de acarretar em transformações profundas nos modos de vida,

como através do fenômeno da urbanização, que se dará de formas características, gerando diferentes contornos e consequências particulares em cada localidade brasileira.

Podemos pensar nesse intenso processo de “modernização”, como expressão de um transbordamento das dinâmicas produtivas, completamente associado ao novo processo de urbanização no Brasil, como refletirá inúmeros pensadores da Geografia (SPOSITO, 2015; CORRÊA, 2011; SANTOS, 2005, apud, JUNIOR, 2015).

Nesse processo, é importante ressaltar como as dinâmicas da cidade e da urbanização começam a se imbricar, entretanto, como afirma Milton Santos (SANTOS, 1994, apud, SPOSITO, 2018), cidade e urbanização não se tratam de um único e mesmo fenômeno. Para o geógrafo, o urbano se trata de algo mais abstrato, designando papéis a serem desempenhados pela/na cidade, a partir da divisão de trabalho movida pela modernização industrial. Enquanto a cidade, trata-se de algo concreto, de uma expressão material através da qual a urbanização se expressa. Desta maneira, a cidade aparece – ao mesmo tempo – como expressão de princípios locais e globais, através dos quais se manifesta o processo de urbanização.

Interessa-nos aqui pensar o processo de urbanização como fenômeno, processo em movimento, algo que não está dado - muito menos pronto ou acabado – refletindo no contemporâneo a partir da am-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

2 - De acordo com Silva (2011) os termos campo e cidade referem-se ao local onde as relações sociais acontecem, sendo assim, espaços de produção de vida através da atividade do trabalho. Assim, do campo viria à produção agrícola e agropecuária, enquanto que, da cidade, viria a indústria, comércio e serviços. Já os termos urbano e rural seriam termos mais gerais, incluindo a materialidade, objetos, ações e pessoas de cada localidade, compreendendo o modo de vida e de seus habitantes.

pliação drástica e irreversível da construção da vida e das relações sociais - que se davam no espaço rural - no contexto das cidades. Através do processo de concentração da população em níveis estatísticos, assim como, através da ampliação e complexificação dos campos de troca e prestação de serviços na cidade (WANDERLEY, 2009).

É importante apontar que o processo de modernização da agricultura, em conexão com a urbanização das cidades, estava completamente vinculado à exaltação da vida na cidade, como símbolo do desenvolvimento, em paralelo à depredação da vida no campo, com o símbolo do atraso, do subdesenvolvimento, da pouca lucratividade em termos financeiros (SCARTEZINI, 2011; SILVA, 2011; BALSAN, 2006).

Desta maneira, podemos afirmar que, por traz do termo “modernização” esconde-se uma nova forma de ocupar e produzir, de forma sistemática, planejada e intensiva, gerando contextos extremamente excludentes, seletivos e localizados (ARRAIS, 2005). Sob tal discursividade, foram/são legitimados saques às terras de propriedades familiares rurais, indígenas, quilombolas, que se convertem em propriedades privadas de algumas grandes empresas.

Neste contexto, o saber/fazer da terra, que era propriedade do produtor rural, é desprezado em nome dos avanços tecnológicos e científicos das modernas maquinarias, pesticidas e manipulações genéticas. Inaugu-

ra-se assim uma agricultura de monocultura: alimento convertido em mercadoria, produzido em larga escala para atender aos interesses do capital.

Tal modernização capitalista dos modos de produção do alimento, como reflexo da mecanização das práticas agrícolas, impulsiona o fenômeno da urbanização em proporções jamais vistas. Assim como podemos dizer que, o próprio processo de urbanização - pensado a partir do crescimento de um enorme contingente populacional e da geração de serviços nas cidades - funcionará como forma de legitimação para um modelo industrial da produção do alimento.

Se há mais e mais pessoas chegando à cidade, sem o direito e posse de propriedades de terras cultiváveis para produzir seu próprio alimento, e isentas do patrimônio imaterial de como produzi-lo, incluindo aqui práticas, técnicas e expressões, assim como ferramentas e artefatos ao fazer associado (CERETTA; MELLO; SANTOS, 2016), há a legitimação do discurso de grandes empresas para continuarem perpetuando um sistema de produção e abastecimento alimentar com base da monocultura agrícola, dependente de insumos químicos. Mesmo que o custo desse modo de produção seja uma situação de insegurança alimentar que surge como reflexo da contaminação de alimentos por agrotóxicos, fraudes alimentares, dificuldade de acesso à alimentação saudável, equilibrada e à custo acessível (PEREIRA; SANTOS;

et al, 2008; BEZERRA; PEREZ, 2016)

Percebemos assim que, sob o discurso da “modernização” da nossa existência, atendendo à pretensão “praticidade que nosso tempo exige”, deixando de “ter necessidade” de nos dedicar à atividades que exigem tanto tempo e investimento (físico, afetivo, etc.), como na relação com o alimento e com a produção de nossos meios mais básicos de vida (construção dos nossos espaços de morada, vestimentas, utensílios, criação de momentos/situações de lazer), conquistamos a condição do “ser urbano”: vivemos em situação de extrema dependência dos sistemas políticos, econômicos e financeiros, locais e globais, para produzir nossas práticas mais básicas da vida cotidiana (SCARTEZINI, 2011).

De produtores dos nossos modos básicos de subsistência, tornamo-nos meramente consumidores dos modos de vida desta cidade que, em completa vinculação aos interesses do capital, se mantém pela própria produção do excedente e da geração de novos modos de vida que possam absorvê-lo. Desta maneira, o processo de urbanização é a principal forma de manutenção do capital, contornando barreiras e expandindo o terreno da atividade lucrativa do capitalismo a qualquer custo – sem se importar com as consequências materiais, subjetivas e ecológicas desse processo – como afirma o geógrafo David Harvey (2008).

No próprio ato de qualquer tipo de produção regida pelas demandas do capital,

já está implícito o consumo, e todos os ínfimos mecanismos de gerar mercados e inculcar o desejo de consumir. Desta maneira, David Harvey (2008), compreenderá o fenômeno da urbanização atual, como da criação de ilhas de consumo. Ou melhor, da cidade como uma grande rede de ilhas de consumo, em conexão com outras e outras ilhas, que se espalham pelo globo mundialmente.

Tal fenômeno de expansão está em completa conexão com a dispersão do capital, que recebe o nome de Capitalismo Mundial Integrado (CMI) discutido por Guattari (1990), centrando-se não mais na geração de estruturas de bens e serviços, e sim, dedicando-se à produção de signos, sintaxes e subjetividades, que gerarão o desejo de consumir estas grandes ilhas criadas pelo capital³.

DA INDIGESTÃO MACROPOLÍTICA À REINVENÇÃO DA FISIOLÓGIA DO CORPO-MUNDO

Como tendência do CMI, todos os dias criam-se novos nichos de mercado, envolvendo tanto hábitos de consumo quanto formas culturais, ambos colocados sob o mesmo âmbito:

Experiências urbanas contemporâneas colocadas sob uma ótica de liberdade de escolha – desde que se tenha dinheiro, diga-se de passagem. Centros comerciais e galerias surgem com a mesma intensidade que fast-foods e mercados locais. “Temos agora, como coloca a socióloga Sharon Zukina, “a pacificação pelo cappuccino (HARVEY, 2008:81)



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

3 - A partir desta perspectiva do CMI, já não será mais possível pensar o processo de urbanização dentro dos limites da cidade, assim é preciso pensar as próprias regiões urbanas contemplando e integrando vários outros tipos de unidades ambientais: urbanas, periurbanas e rurais, como aponta Marília Steinberger (2001) em seu artigo A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do(n) espaço urbano.

Tornamo-nos meramente consumidores dos modos de vida disponíveis nas prateleiras da cidade contemporânea: consumimos possibilidade de lazer, bem-estar, recursos básicos de saúde, educação, satisfação e desenvolvimento pessoal, entre uma esquina e outra da cidade. A felicidade pode morar no consumo de uma nova marca de sapatos à posse de uma embalagem de shampoo, riquíssimo em derivados de petróleo. Ou até num ínfimo pacote de salgadinhos inundados de glutamato monossódico, com muitos resíduos de milho e soja de produção transgênica, servindo de escoadouro da produção dessas monoculturas.

Alimentar-se agora, muito longe de representar uma relação com os meios, materiais e saberes para sua produção, trata-se de nada mais do que uma relação mercadológica, convertendo-se no mero ato de consumo de mais um, dentre os tantos produtos dispostos nas vitrines. Passeando pelo supermercado, podemos escolher entre produtos alimentares – alimentos convertidos em cadeias de nutrientes isolados, transformados em pequenas barras coloridas, aromatizadas – resultantes de uma racionalidade nutricional, de todos os lugares do Brasil e do mundo. Sendo assim, através das artimanhas veneráveis do mercado, podemos nos alimentar sem ter a mínima ideia sobre de onde vem o nosso alimento, como ele foi produzido, a partir de quais métodos e procedimentos, etc.

“Graças à agricultura feita em grande escala, perdemos totalmente o contato com a

natureza” (SOMOV, 2014:29). Nos perdemos da natureza que há em nós, da compreensão de sermos parte da natureza, assim como da necessidade de estarmos constantemente associados a ela, enquanto modo de refletirmos e produzirmos nossos ciclos e modos de vida. E ainda podemos dizer que estamos perdendo o contato com uma construção ancestral, identitária e cultural, através do alimento.

Nesta indigestão macropolítica em que estamos inseridos, notamos o nosso próprio corpo como um escoadouro de um sistema de produção e consumo que caminha contra a vida e suas reais necessidades. Percebemos um modo de viver, e mais especificamente, o desenvolvimento de um modo alimentar, completamente isento de consciência.

Somov (2014) abordará o comer consciente como o ato através do qual reconhecemos a vida enquanto comemos. Ou seja, no próprio ato de comer podemos exercitar o ato de interação com os sistemas vivos que nos constituem. O ato de comer nesta perspectiva, seria o exercício da experiência do gosto: aproximar-se da natureza a partir da experiência dos sentidos, como Gallupo (2006) apresenta, em reflexão sobre a obra da Fisiologia do gosto de Brillat-Savarin.

Nessa experimentação do gosto, o sujeito encontra o prazer que advém da apreciação do sabor, acrescentando que, o sabor seria o sentido que mais nos aproxima da natureza.” O gosto coloca em evidência o corpo: mastigação, deglutição,

digestão, excreção, ele é excessivo ao mostrar quanto o homem é matéria (GALLUPO, 2006:103)”. E talvez, poderíamos dizer que o gosto traz a experiência limite de nos deparrarmos com nossa própria materialidade, com o fato de que somos, simplesmente, terra comendo terra.

Dentro da antropofagia ritual tupi, trabalhada por Oswald de Andrade (NODARI, 2014), o ato de comer seria o estabelecimento de uma relação entre dois sujeitos. Comer seria o ato de introjetar um outro para dentro de si: modo de apropriar-se da realidade.

Entretanto, evidenciamos atualmente a exploração do corpo como uma máquina de digerir e excretar sem nenhuma consciência. Apesar da constatação de que nosso corpo tem uma capacidade limitada para comer – ao contrário da aparente capacidade ilimitada para consumir carros, sapatos, bolsas, livros e novas tecnologias – o CMI, operando sobre a produção de modelos produtivo-econômico-subjetivos (GUATTARI, 1990), está constantemente reinventando novas embalagens, formulando estratégias de mídia e publicidade para que o corpo não pare de consumir comida. Mesmo que o custo disso seja a própria violação do corpo a partir de tecnologias de emagrecimento, cirurgias de redução de estômago, além da constatação da elevação do índice de mortalidade por obesidade e diabetes.

Constitui-se assim, um modo de alimentar completamente irracional (SOMOV, 2014), que parte da qualificação

do ato de comer como pura experiência de entretenimento – aparentemente, ilimitada. E nesta perspectiva, o prazer que poderia vir do ato de saborear, de viver uma experiência do gosto, será deslocado para o ato de consumir, convocando não mais nosso olfato e paladar, e sim, principalmente, nossa visão utilizada para a escolha de novos objetos de consumo (GALLUPO, 2006). Aqui, opondo-se à experiência do ritual antropofágico, os sentidos do comer estão completamente deslocados.

Fala-se assim de uma completa indigestão consumista a qual o mundo foi contaminado (NODARI, 2014). Deixando para trás de si, e das futuras gerações, todo o lixo que não conseguimos metabolizar. Se produzir faz parte de qualquer sistema de manutenção da vida, ao modo de produção capitalista o que interessa não é a produção e sim o consumo:

Toda produção já é consumo, digestão e transformação, ou seja, também produz restos, dejetos (...) Poderíamos assim arriscar dizer que a verdadeira face da “sociedade globalizada” está no seu lixo, no que ela gasta (NODARI, 2014:5)

Refletir sobre o alimento como expressão de um contexto macropolítico indigesto, é perceber como o ato de alimentar converte-se em ação mecânica, esvaziada de sentido, fazendo-nos perder a ampla perspectiva relacional corpo-mundo que há em cada pedaço de alimento que entra por nossa boca. Neste processo, acabamos impedidos de acessar uma experiência de percepção



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

da vida através do alimento.

Num único grão de arroz, pode conter as relações dos trabalhadores que cultivaram a planta, os saberes imateriais que transcorreram por gerações até o seu plantio atual, o ecossistema da região, envolvendo os homens, animais, vegetais, condições climáticas, condições do solo, dando origem ao alimento que chega em nossa mesa.

Ao perder a consciência desse processo, acabamos por esquecer e nos desresponsabilizar da dimensão da vida enquanto campo de recursos finitos, esgotáveis e que em dado momento, não poderão mais satisfazer as vontades de um sistema com engrenagens incontroláveis, tal qual o modo de produção que orquestra nossas práticas cotidianas.

Pensar o alimento como objeto de consumo, isento de uma perspectiva relacional, leva-nos a questionar o próprio sentido de liberdade que há, implicitamente, em cada embalagem consumida. Viveiros de Castro (2014), em sua fala “A revolução faz o bom tempo”, constata que a liberdade no período moderno esteve associada ao consumo intensivo de energia, principalmente dos recursos fósseis. E que, restamos, como modo de repensar futuros, questionar o próprio sentido da liberdade que fundamenta nosso modo de produção econômica, cultural e subjetiva, buscando outros fundamentos materiais que possam indicar um sentido à possibilidade de ser livre no contemporâneo.

Repensar os sentidos da liberdade, leva-nos ao exer-

cício de consumir o consumo problematizado por Nodari (2014)⁴, pensando tal exercício como processo de metabolização das práticas consumistas, vasculhando práticas de (re)invenção das relações com os modos de consumo. Pensando aqui mais especificamente em nossa relação com as práticas alimentares, questionando a forma como nos alimentamos, como consumimos o alimento e criamos relações com a comida, afim de abrir caminhos para pensarmos na invenção de outras cidades e, por que não, de outros mundos.

Precisamos nos fazer algumas perguntas enquanto nos vinculamos ao ato de comer. “*Você tem fome de quê?*”, pergunta que nos instiga na música Comida (ANTUNES, FROMER, BRITO, 1987), pode ser uma forma de ampliarmos nosso campo de PERCEPÇÃO e AÇÃO a respeito de nossas práticas alimentares, tendo consciência de que, nossa “fome” se transveste de muitas questões e caminhos no contemporâneo. E muitas delas, nada tem a ver com a possibilidade de nutrir-se, manter-se vivo e muito menos, de estar em equilíbrio com o ecossistema. E poderíamos dizer que, muitas vezes, o desejo por consumir comida, muito distante da possibilidade de vida e nutrição, acaba aproximando-se da própria destruição de si, produção de desequilíbrios no corpo, doenças graves e destruição do meio ambiente.

Ao invés de “Quantas calorias como?”, que tal se questionar: “será que minha alimentação é sustentável? Do jeito

4 - A expressão “consumir o consumo” origina-se do texto *Brasil Diarréia* do artista Hélio Oiticica (1970). Em sua obra esta expressão se reflete em sua própria produção artística através do abandono à produção de objetos de arte para a invenção de possibilidades de experiência através da expressão artística (NODARI, 2014).

que eu como, pode ser uma forma de sustento regenerativo ou não passa de um escoadouro de recursos do planeta?” (SOMOV,2014:189). Reivindicando aqui, do ato de comer como mero ato de consumo, ao comer como prática e invenção de si/ do mundo.

ÉCO-LÓGICA: INVENÇÕES ÉTICO-ESTÉTICAS-POLÍTICAS DO CORPO E DA CIDADE

Até pouco menos de 100 anos atrás, como já apresentamos, as pessoas contavam com a orientação de suas culturas étnicas e regionais para guiar suas práticas de vida cotidiana, regular a saúde, incluindo aqui os hábitos alimentares. Mergulhar no estudo de nossas medicinas tradicionais brasileiras, no saber das curandeiras, benzedeadas, xamãs, assim como nas medicinais tradicionais orientais, é vasculhar a relação da natureza com nossas práticas de saúde, e mais, do alimento como campo de pesquisa e criação de si.

Hipócrates, o pai da medicina da antiguidade, indicava que a prática deste saber estava coordenada com a observação das estações do ano e de suas manifestações, assim como no estudo dos ventos quentes e frios, e na importância dada à água. Já os mestres da medicina do Oriente, começavam a produzir um diagnóstico a partir da pergunta “que ar respira, que água bebe, que alimento ingere e que chão pisa?”(BOFF, 2013:205). Percebe-se aqui, não apenas a vinculação consciente entre homem e natureza,

expressando o homem como parte da natureza, sendo impossível separar o cuidado de si com as condições do meio ambiente, como também, a convocação para que cada sujeito fosse o autor de suas próprias práticas de cuidado.

Outro exemplo, vem na medicina tradicional indiana, conhecida como Ayurveda, que recomenda que o organismo seja para cada pessoa seu livro de cabeceira que deve ser lido diariamente (CARNEIRO, 2009), convocando o eu na descoberta de sua saúde. E um outro dado, oriundo dos saberes tradicionais da medicina chinesa, que aborda a medicina e a dietética – pensada como uma terapêutica pela via do alimento – como uma única e mesma coisa (HIRSH, 2012;MACIEL,2015).

Destes exemplos, percebemos vestígios de um tipo de construção identitária de culturas calcadas no contato com a natureza, como via para a construção de um saber de si e regulamentação das relações com o corpo e com a existência como um todo. Percebemos a exploração de um *éthos* através do qual esses povos se reconheciam, produziam sua existência, seus hábitos cotidianos e aprendiam a agir perante o outro (homens, animais e demais seres do ecossistema em questão). Destes registros até o tempo presente, percebemos uma mudança drástica, para o momento em que, o saber de si é transferido para aparatos de Estado que deterão o saber e a inteligência a respeito do que é cuidar (se).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

Apresentamos como atualmente as relações com nosso corpo, com nossa saúde e práticas alimentares estão completamente relacionadas aos regimes de saber da medicina e do paradigma nutricional que pensará o alimento a partir de suas micropartículas: calorias, nutrientes, gorduras, etc e etc. Desta forma, percebemos a própria perda de consciência e autonomia em relação ao modo como produzimos nosso corpo, assim como a dependência em relação à sistemas externos para pensar e produzir nossa saúde.

Ao invés de nos orientarmos pelos ditames de nossas culturas alimentares tradicionais, resgatando este patrimônio imaterial que atravessou tantas gerações antes da nossa, agora quem decidirá o que comemos é a ciência, o jornalismo e o marketing (POLLAN, 2008). Já apontamos como essas discursividades funcionam dentro de um sistema de saber/poder legitimador dos modos de vida à serem consumidos na cidade, afirmando a nossa completa falta de autonomia sobre nossas práticas de cuidado. Assim, fazemos aqui uma hipótese de que, retomar as rédeas de nossas próprias técnicas e saberes a respeito do nosso corpo, pode ser uma forma de reativar práticas de cuidado, assim como reinventar modos de estar, produzir e relacionar-se no contexto da cidade contemporânea.

Retomar modos de cuidado através da alimentação trata-se de ativar nosso aparato sensorial na relação com o alimento, produzindo, a partir do exercício da experiência do gosto, a convocação de nossos sen-

tidos para saber o que é comida ou não, percebendo aquilo que nosso corpo realmente precisa, pode lhe produzir saúde ou não. Assim como, podemos nos aliar ao ato de comer mais a partir da fome, da necessidade de reabastecer o corpo de energia, do que da necessidade de nutrir-se de novos produtos e experiências de consumo.

Todas essas possibilidades tratam de maneiras de reivindicar o governo de si, como possibilidade de voltar-se às nossas próprias questões, potencializando práticas éticas de liberdade e cuidado que se voltem para si, como também para a coletividade.

Foucault (2006b) discute o conceito de governo de si/práticas de si – a partir de um mergulho na constituição moral grega da Antiguidade – como práticas de liberdade. Expressando que, aquilo que se cultiva que no cuidado de si, são modos através dos quais cada sujeito põe em ato seus próprios exercícios de liberdade. Desta maneira, conhecer a forma como produzimos nossa existência, tomando consciência dos aparatos políticos, desajustados e afetivos que circundam nossas práticas de vida, assim como inventando modos de produzir-se, manejando essas forças diversas que compõem nossa experiência, são modos possíveis de invenção de práticas de cuidado.

Repensar a forma como comemos, pode ser um modo de abrimos uma caixa de pandora sem fim, que nos dá a possibilidade de experimentar como nos deixamos iludir pelas facilidades do consumo. E, como, ao

tir das práticas alimentares, das relações que estabelecemos com a comida, criar condições para repensar e fundar modos de produção da existência.

Desta maneira, seguimos com Foucault (2006b) ao argumentar que a prática de si se estende para a produção das cidades. Se cuidar de si é um processo relacional, ao engendrar outros modos de viver, acabamos por também cuidar da cidade e reinventá-la.

Experimentar modos singulares de expressão, ação e movimento na cidade, abre campos para pensarmos o urbano a partir de uma éco-lógica proposta por Guattari (1990): opondo-se à lógica da monopolização dos mercados e da mercantilização dos modos de vida, abrindo campos para outros mercados, economias e saberes dentro do contexto da cidade. Ou seja, pensando a vida enquanto campo/exercício de produção de multiplicidade, tal qual argumenta Boaventura de Souza Santos (2002). Desta maneira, defende-se a construção de relações não destrutivas entre seus tantos âmbitos, dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos e das produções/distribuições sociais.

Podemos exemplificar essa éco-lógica, através da ampliação do uso de técnicas, práticas e saberes múltiplos, que já se instauram no contexto da cidade contemporânea, em resistência aos regimes massificados de produção e desenvolvimento da subjetividade capitalista: desenvolvimento de projetos de agricultura urbana; fortalecimento de redes de produção e consumo locais, en-

volvendo relações diretas entre produtor rural e consumidor, possibilitando trocas não apenas financeiras, como também de saberes imateriais sobre a terra e os tempos da natureza; criação de formas alternativas de habitar e de se locomover na cidade; fortalecimento das redes de profissionais de práticas integrativas de saúde que fazem uma convocação para que os sujeitos possam perceber a relação do alimento e das plantas medicinais, com suas práticas de cuidado. Assim como, através da ampliação da discussão no espaço universitário das questões referentes à produção de saúde e práticas alimentares na cidade, numa perspectiva interdisciplinar, acabando por aproximar os saberes tradicionais das discussões contemporâneas, como também, dos modos de produção da vida cotidiana atual.

Todas essas articulações éco-lógicas, põem em ato dispositivos de produção de subjetividade, ou seja, desenvolvimento de práticas específicas que podem modificar e reinventar maneiras de produzir a vida cotidiana: no seio do casal, da família, da casa, do contexto urbano, do trabalho e de tantos outros (GUATTARI, 1990).

Se Foucault reconhece o poder como exercícios de poder, atos, relações (DELEUZE, 2005), Certeau reconhecerá as práticas da existência cotidiana enquanto os modos de intervir e produzir mundos (CERTEAU, 1994; 2012). Entre, Foucault e Certeau, num pequeno ponto em que se cruzam as linhas de produção de um e outro, encontramos a discussão de que



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

“o sujeito aprende a sê-lo, também nas bases possíveis (e mais ou menos governáveis) de suas invenções cotidianas”, e, desta maneira, “cozinhar, costurar ou relatar trazem consigo a luta cotidiana do governo e do consumo” (BOCCHETTI, 2015: 50).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos através deste artigo, propor uma articulação entre tantos saberes a fim de deixar claro a necessidade de pensar a problemática do ambiente urbano, ou seja, propondo uma articulação da questão ambiental – mais especificamente relacionada à modernização da agricultura e constatação de uma relação de consumo com o alimento – com a questão do desenvolvimento urbano, sem querer propor uma mera junção entre uma problemática e outra, mas compreendendo, com Marília Steinberger (2001) nos apresenta, esta problemática como uma nova questão, que exige um novo tipo de olhar, que quebre as barreiras entre tantas disciplinas isoladas e que convoque ao exercício de pensar o meio ambiente urbano numa perspectiva múltipla e coletiva.

Ao longo do artigo, almejamos apresentar como a construção da cidade contemporânea, movida pelos interesses desenfreios do CMI, se ampara na própria produção da subjetividade, mostrando como estes campos não só se conectam, como se entrelaçam, gerando um campo de produção da vida no contemporâneo que nos expõe

para as mais graves catástrofes, quanto nos apresenta que, é a partir das práticas mais ínfimas da vida, nos próprios modos de produção da nossa existência cotidiana que se encontram as possibilidades de invenção de outros modos de viver e produzir.

Convocamos através desta pesquisa, modos de refletir sobre nossas práticas cotidianas, mais especificamente, as práticas alimentares, como aposta para pensarmos outra relação com o nosso corpo, com nossa sociedade, com as redes de produção e consumo que nos rodeiam, assim como, com os aparatos geradores de relações de saber e poder de nossa sociedade. Reativar os saberes do passado, assim como vislumbrar outros futuros, é produzir movimento de insistência na existência, (re) existindo às condições dadas e inventando futuros, como nos inspira Oneto (1997).

Desta maneira, viver na cidade contemporânea é deparar-se com um acúmulo de produtos alimentares vindos de todas as partes inimagináveis do mundo, assim como é também possibilidade de resgatarmos saberes tradicionais, de nossos antepassados indígenas, ao estudo da medicina tradicional Chinesa e Indiana, à prática filosófica e alimentar japonesa da Macrobiótica. Entre a super novidades das tecnologias alimentares e o resgate de múltiplos saberes tradicionais, reinventamos cotidianamente a forma de comer, como também, reinventamos a construção da cidade em nós. Enquanto alguns substituem o

tempo da produção do alimento por horas de trabalho extra, outros reinventam a produção de hortas e redes comunitárias de compras coletivas propondo outros modos de comer e consequentemente novas rotas e modos de habitar a cidade.

Nesse campo de tantos controles e potencialidades, o risco da indigestão é constante, mas se há algo que Milton Santos nos faz ver é que, nas cidades, ao mesmo tempo em que emergem múltiplas redes de controle, ativam-se outros tantos espaços banais: espaços onde a vida acontece, se reproduz e se reinventa a cada segundo. De tal forma que, para

cada produto alimentar que chega às prateleiras do mercado, surge uma nova receita de bolo de laranja saindo do forno quentinho e partilhado por duas amigas. Para cada recente técnica agrícola implantada pela indústria da soja, há a redescoberta de um grão crioulo de uma pequena comunidade que volta à terra e conduz à novos fluxos de vida e criação através do alimento. Caminhos não há, mas os pés na grama, sempre os inventarão.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, A.; FROMER, M.; BRITO, S. Comida. Intérprete: Titãs. In: Titãs. Jesus não tem dentes no país dos banguelas. Rio de Janeiro: WEA. 1 disco sonoro (LP). Lado A, faixa 2. 1987.

ARANTES, A. Dietoterapia Chinesa: nutrição para corpo, mente e espírito. Rio de Janeiro: Roca, 2015.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Em: Revista de Geografia Agrária: Campo-Território, v.1, n.2, p.123-151, ago.2006.

BEZERRA, I; PEREZ-CASSARINO, J. Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. Islandia Bezerra; Julian Perez-Cassarino (orgs.). Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

BOCCHETTI, A. Entre golpes e dispositivos: Foucault, Certeau e a constituição dos sujeitos. Em: Rev Hist. Historiogr. Outro Preto, n.18, agosto, p.43-56, 2015.

BOFF, L. (2013) O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARNEIRO, M. Ayurveda: saúde e longevidade na tradição milenar indiana. São Paulo: Pensamento, 2009.

CERETTA, C.;MELLO, C.;SANTOS,N. O patrimônio cultural imaterial e desenvolvimento rural: implicações para a prática extensionista. Em: Revista Roda dos Ventos,v.8, n.1,p.1-14, 2016.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiana: 1. Artes de Fazer. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro. Ed 34, 1992.

_____. Foucault. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, M. Em defesa à sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Microfísica do poder. 22 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006a.

_____. A Hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

GALUPPO, M. C. Ensaio sobre a filosofia da Fisiologia do Gosto. Ciência & Conhecimento, v. 2, p. 93-124, 2006.

GUATTARI, F. As três ecologias. Tradução Maria Cristina F. Bitencourt. Campinas: Papirus, 1990.

_____. Caosmose: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____; ROLNIK, S.Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

HARVEY, D. O direito à cidade. Em: Revista Lutas Sociais, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HIRSH, S. Manual do herói: ou a filosofia chinesa na cozinha. Petrópolis, RJ: Correcotia, 2012.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Para navegar no século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura, s/d. Disponível em: <https://docs.google.com/folderview?id=0B-YLV8egGw-Sua2hsSmNaVUNiZjQ>. Acesso em: 28 agosto/2017.

NODARI, A. Limitar o limite: modos de subsistência. Em: Colóquio Internacional Os mil nomes de Gaia, número 1, Rio de Janeiro, 2014.

ONETO, P. D. A que e como resistimos: Deleuze e as artes. Em: LINS, Daniel (org). Nietzsche e Deleuze – arte e resistência. 179-203, set./ out. 1997.



Revista do Programa de
Pós-Graduação em Geografia e
do Departamento de Geografia
da UFES
Janeiro-Junho, 2018
ISSN 2175-3709

- PEREIRA;SANTOS; et al. A dimensão da insegurança alimentar. .
Ver. Nutr., 21 (Suplemento): 7s-13s, jul./ago.,2008.
- POLLAN, M. Em defesa da comida. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- RIGON, S. A; BÓGUS, C. M. (2016) A segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. Em: Soberania alimentar (SOBAL) e segurança alimentar nutricional (SAN) na América Latina e Caribe/ Islandia Bezerra; Julian Peres-Cassarino (orgs.). Curitiba: Ed. UFPR.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro: 237-280, 2002.
- SCARTEZINI, N. T. Insegurança alimentar nas cidades. 2011. 54 págs. Monografia Ciências Sociais – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SILVA, J. B. Discutindo o Rural e o Urbano. Revista da ANPEGE, v. 7, nº8, p. 3-11, Ago./Dez. 2011.
- SOMOV, P. Reinvente sua refeição: Desacelere, saboreie o momento e reconecte-se ao ritual de comer. São Paulo: Ed. Tapioca, 2014.
- STEEL, C. Hungry city: how food shapes our lives. UK: Editora: Vintage Books, 2013.
- STEINBERGER, M. A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do (no) espaço urbano. Em: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, Norma Lacerda, n. 4, maio de 2001, p. 9-32.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. A revolução faz o bom tempo. Em: Colóquio Internacional Os mil nomes de Gaia, número 1, Rio de Janeiro, 2014.
- WANDERLEY, M.N. B. O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração. In: Revista: Estudos Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, v 17, n 1, abr 2009, p 60-85 Recife, 2009
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro: 237-280, 2002.
- SCARTEZINI, N. T. Insegurança alimentar nas cidades. 2011. 54 págs. Monografia Ciências Sociais – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, J. B. Discutindo o Rural e o Urbano. Revista da ANPEGE, v. 7, nº8, p. 3-11, Ago./Dez. 2011.

SOMOV, P. Reinvente sua refeição: Desacelere, saboreie o momento e reconecte-se ao ritual de comer. São Paulo: Ed. Tapioca, 2014.

STEEL, C. Hungry city: how food shapes our lives. UK: Editora: Vintage Books, 2013.

STEINBERGER, M. A (re)construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do (no) espaço urbano. Em: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, Norma Lacerda, n. 4, maio de 2001, p. 9-32.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A revolução faz o bom tempo. Em: Colóquio Internacional Os mil nomes de Gaia, número 1, Rio de Janeiro, 2014.

WANDERLEY, M.N. B. O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração. In: Revista: Estudos Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, v 17, n 1, abr 2009, p 60-85 Recife, 2009